Tribunal de Contas cria mesa técnica para elaborar plano de drenagem urbana de Cuiabá

TCE-MT reúne órgãos municipais, estaduais e universidade para criar estratégia contra alagamentos recorrentes na capital

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) iniciou na quinta-feira (26) uma Mesa Técnica destinada à construção do Plano Municipal de Drenagem Urbana de Cuiabá. A iniciativa agrega profissionais e representantes de múltiplos órgãos públicos para desenvolver estudos técnicos, estabelecer prioridades, definir competências, orçar investimentos e indicar fontes de financiamento para combater os transtornos recorrentes causados por alagamentos na capital mato-grossense.

O conselheiro Waldir Teis, presidente da corte de contas e relator da ação, formalizou a abertura dos trabalhos. A Secretaria de Normas, Jurisprudência e Consensualismo (SNJur) coordena as atividades, com suporte da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Copmas), sob liderança do conselheiro Campos Neto.

Lisandra Barros, titular da SNJur, ressaltou a complexidade do desafio: "Cuiabá enfrenta sérias dificuldades relacionadas aos alagamentos. Além dos impactos na infraestrutura de saneamento, registramos consequências na saúde pública e deslocamento compulsório de moradores que perdem patrimônio. Trata-se de questão pública complexa, que demanda articulação entre diferentes esferas administrativas. Convocamos todas essas instituições para dialogar e formular um plano municipal eficiente de drenagem. Diante da expansão populacional acelerada e da proliferação de novos projetos imobiliários, Cuiabá necessita capacidade operacional para responder rapidamente às precipitações e garantir a vazão nas vias".

O inquérito civil, solicitado pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) e formalizado em 2025, investiga deficiências no planejamento drenagem municipal. Entre os episódios analisados na Mesa, encontra-se evento de janeiro de 2025 que atingiu 230 famílias.

Integram a iniciativa técnicos da Prefeitura Municipal, das secretarias estaduais de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e de Meio Ambiente (Sema), além de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Carlos Eduardo Silva, promotor de Justiça especializado em Defesa Ambiental, diagnostica a saturação da infraestrutura de drenagem cuiabana e investimentos historicamente insuficientes, num contexto de intensificação de fenômenos climáticos extremos. "O Tribunal de Contas e o Ministério Público possuem ferramentas para articular ações conjuntas, tanto com a administração estadual, considerando a dinâmica metropolitana, quanto com o município, visando implementar políticas estruturantes de enfrentamento. Compreendemos que mesas técnicas funcionam como mecanismo relevante para desenvolver soluções duradouras", declarou o promotor.

Raízes do problema

A Prefeitura de Cuiabá, responsável pela drenagem urbana, comparece à Mesa através de suas áreas jurídica, de proteção civil e das secretarias municipais responsáveis por obras e meio ambiente. Decreto municipal de 2018 atribui à secretaria de Obras as funções de planejamento, implantação, supervisão e conservação da rede de drenagem.

Luiz Araújo Júnior, procurador-geral municipal, contextualiza: "A questão da drenagem urbana em Cuiabá possui raízes profundas. Com 307 anos de existência, a metrópole experimentou crescimento desorganizado e agora enfrenta necessidade de solução integral. O problema transcende limites municipais, envolvendo Estado de Mato Grosso e sociedade inteira, num cenário de mudanças climáticas progressivas em escala

planetária".

A gestão estadual participa mediante Sinfra e Sema. Maria Stella Conselvan, secretária-executiva da Sinfra, explica: "Quanto ao tema drenagem, desenvolvemos múltiplos projetos não exclusivos de Cuiabá, estendendo-se a outras localidades, tendo identificado lacunas significativas na projeção de médio e longo prazo. O governador Otaviano Pivetta orientou que apoiemos a formulação do plano de drenagem conforme propõe o Ministério Público, participando também financeiramente das intervenções. Essas definições emergirão do avançar das investigações e do funcionamento da mesa".

À Sema incumbem avaliações técnicas e pareceres sobre iniciativas propostas. Valmir Lima, superintendente de Licenciamento Ambiental, sublinha significância do envolvimento comunitário para identificar territórios mais vulneráveis.

"Várzea Grande apresenta desafios semelhantes, assim como nossas principais cidades. Sempre que precipitações ocorrem em Cuiabá, a Prainha torna-se intransponível. Corresponde a falha de drenagem carente de remediação. Coletividade pode contribuir sinalizando onde percebe adversidades e necessidades urgentes", comentou.

Estratégia executiva

A Mesa coletará investigações preexistentes e contribuições especializadas dos envolvidos, incluindo o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Saneamento (Niesa) vinculado à UFMT. Aspectos inicialmente identificados abrangem cadastramento das estruturas de drenagem, revisão de cartografia de vulnerabilidades, mapeamento de setores e populações mais expostos, qualificação administrativa municipal e conservação periódica das instalações.

A carência de um plano estruturado pode limitar acesso a fundos federais, particularmente do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Baseando-se no levantamento situacional, a Mesa estabelecerá etapas, cronogramas e competências distribuídas. O termo de cooperação será submetido ao Plenário do tribunal para validação, permanecendo seu cumprimento sob escrutínio da instituição.

William Brito Júnior, procurador-geral de Contas acompanhando os trabalhos pelo Ministério Público de Contas, sintetiza: "Drenagem urbana caracteriza-se como pauta prioritária frequentemente negligenciada. Cuiabá expande-se em ritmo acelerado, com novos conjuntos habitacionais, áreas residenciais, construções verticais e infraestrutura viária, sem incorporar essa variável essencial. Esta mesa técnica, demandada pelo Ministério Público estadual e abraçada pelo tribunal, abre espaço para debate sistemático sobre perspectiva prolongada, financiamento e estratégia de execução entre Prefeitura de Cuiabá e Estado de Mato Grosso para concretizar política pública efetiva que minimize episódios de inundação".